

O IMPERIALISMO DO NOSSO TEMPO

AIJAZ AHMAD

Início com a frase “o imperialismo do nosso tempo” em homenagem ao seminal ensaio “Fascismo de Nosso Tempo” que Michael Kalecki escreveu no momento crítico em que a extrema direita americana ascendia à presidência nas eleições de 1964 através do candidato republicano Barry Goldwater. Kalecki não faz referência direta a Benito Mussolini, ainda que devia fazê-lo, dado que este foi o primeiro a definir o fascismo como aquela forma de governo unida às “corporações”, termo cujo significado não era tão distinto do que lhe dava o presidente Dwight D. Eisenhower quando advertia sobre a convergência entre o governo norte-americano e o “complexo industrial-militar”. De todo modo, o que a análise de Kalecki sugeria era que, em sua forma extrema, o capitalismo industrial possui uma tendência inerentemente fascista, ao mesmo tempo em que se perguntava como seria o fascismo no caso de apresentar-se nos Estados Unidos em condições de prosperidade e democracia eleitoral estável. Mas, nem a intenção de Kalecki era de sugerir que os EUA estavam se tornando fascistas, nem a minha era implicar que estamos vivendo em tempos de fascismo. No entanto, uma das características mais sobressalentes da conjuntura atual é que os EUA, o país imperialista, cujo poder global não encontra precedentes históricos, são hoje governados pela direita mais extrema. Os germes das formas mais delirantes de autoritarismo que os EUA têm exportado ao longo do globo parecem haver mudado e se desenvolvido no

interior de suas próprias fronteiras, o que é acompanhado por toda uma série de conseqüências globais, nacionais e militares.

Também uso a expressão simples “imperialismo de nosso tempo” com o fim de evitar o uso de termos como “Novo Imperialismo”, que por estar em voga em diversos momentos, tomou significados distintos. O imperialismo tem estado conosco durante longo tempo, tomando diversas formas e reinventando-se na medida em que, para dizê-lo de algum modo, as estruturas do capitalismo global foram mudando. O que oferecemos aqui é uma série de indicações provisórias que tendem a facilitar a compreensão de uma conjuntura, “nosso tempo”, que em si mesma é um complexo de continuidades e descontinuidades —e como tal, algo muito mais novo. Assim, exporei uma série de proposições que serão elaboradas mais extensamente ao longo do artigo.

I

A novidade fundamental do imperialismo de nosso tempo é que emerge depois da dissolução das duas grandes rivalidades que marcaram a política global do século XX, ou seja, o que Vladimir I. Ulianov (Lênin) chamava de “rivalidade interimperialista” da primeira metade do século XX, e o que podemos chamar, na falta de um termo melhor, rivalidade intersistêmica entre os EUA e a União Soviética durante cerca de setenta anos. O fim de tais rivalidades fecha a era política inaugurada pela Primeira Guerra Mundial, permitindo, assim, ao único vencedor, os EUA, partir de modo mais agressivo para saquear os possíveis espólios da vitória e a desfazer à vontade as conquistas que as classes trabalhadoras e as nações oprimidas do mundo haviam conseguido naquele período.

Esta nova face do imperialismo surge não apenas depois da dissolução dos grandes impérios coloniais (principalmente o britânico e o francês) e das ambições de outros países capitalistas rivais (basicamente Alemanha e Japão), mas também depois da derrota definitiva do nacionalismo das burguesias locais em grande parte do chamado Terceiro Mundo (o anticolonialismo, as guerras de libertação nacional, o projeto Bandung, o não alinhamento, o estado protecionista em industrialização), o qual havia sido sustentado de forma considerável pela existência de um pólo alternativo sob a forma dos países comunistas. Os três grandes objetivos pelos quais os EUA travaram a guerra de posições ao longo do século XX —contenção/desaparecimento dos estados comunistas, supremacia sobre outros países líderes e derrota do nacionalismo do Terceiro Mundo— foram alcançados.

Longe de ser um imperialismo enrolado em um nó de rivalidades interimperialistas, trata-se do imperialismo da era na qual (a) os capitais nacionais têm sido interpenetrados de tal modo que o capital ativo em qualquer ter-

ritório dado se compõe em proporções variáveis tanto de capital nacional como de transnacional; (b) o capital financeiro predomina sobre o capital produtivo numa extensão tal que nem a tese de Lênin sobre “exportação de capitais” nem as advertências de John M. Keynes sobre a rapacidade dos rentistas puderam vislumbrar; e (c) tudo, dos mercados de bens até os movimentos financeiros, está globalizado a tal nível que o estado global, com capacidades militares globais, converteu-se em uma necessidade objetiva do próprio sistema, muito além das ambições dos grupos dominantes norteamericanos que, para impor suas estruturas e disciplinas, têm que expor o complexo como um todo a fissuras tremendas e quebras potenciais.

Ao longo da história do capital têm havido impérios sem colônias, em um ou outro rincão do globo, em alguns casos precedendo conquistas militares (impérios comerciais), em outros como consequência do processo de descolonização (América Latina depois da dissolução do domínio espanhol e português), e às vezes assumindo a forma daquilo que Lênin chamava de “semi-colonial” (Egito, Pérsia, etc.). No entanto, este é o primeiro imperialismo totalmente pós-colonial, não apenas por carecer de governo colonial, mas por ser sua antítese. Neste sentido, é pouco provável que a atual ocupação do Iraque se converta em uma dominação colonial de longa duração por mais tempo que dure este lodaçal e mesmo se os superfalcões do Pentágono levem tropas dos EUA para a Síria, Irã ou onde quer que seja. Como Leo Panitch e Sam Gindin argumentam neste volume, não se trata de uma preferência ideológica pelo império “informal” sobre o “formal”, mas de um imperativo estrutural da atual composição do próprio capitalismo global. O movimento de bens e capitais deve ser o mais livre possível, mas a forma do estado-nação tem que ser sustentada em toda a periferia, não apenas por razões históricas, mas também para complementar a internacionalização das leis capitalistas com regimes trabalhistas sustentados localmente, dando vigência, assim, ao que Stephen Gill chama de “neoliberalismo disciplinar” em condições específicas a cada unidade territorial.

Distintamente de Rudolf Hilferding, Lênin ou Nicolai I. Bukharin, a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo tinha o mérito singular de estar fundada sobre uma teoria mais ampla do modo de produção capitalista e, portanto, centrava-se na relação entre produção industrial e agrícola que havia sido um aspecto muito importante da teoria marxista do modo de produção capitalista. Uma de suas proposições centrais postulava que o colonialismo não era um aspecto conjuntural, mas necessário para a globalização da lei do valor, já que as zonas capitalistas necessitam daquelas não capitalistas para a realização plena da mais-valia. Contudo, também argumentava que uma vez que o capitalismo alcançasse os limites mais longínquos do globo, necessariamente sobreviria uma crise devido ao crescente desaparecimento

de zonas não-capitalistas. Esta última inferência parece lógica e historicamente injustificada. O desenvolvimento desigual e combinado não exige necessariamente que as periferias permaneçam “não-capitalistas”, ou seja, fora da operação global da lei do valor. Na história real, a era clássica do colonialismo dividiu o mundo num centro industrial e numa vasta região agrícola. Enquanto certos países e continentes dividiam-se entre enclaves das formas mais avançadas de produção industrial e financeira por um lado, e pelo outro das formas mais atrasadas de produção agrícola, a dissolução dos grandes impérios coloniais e a reestruturação do capital global do pós-guerra inauguraram uma nova era na qual o mundo se dividia progressivamente entre zonas industriais avançadas e atrasadas. Nos pólos extremos do chamado “Terceiro Mundo”, podia-se observar o assombroso avanço capitalista (Taiwan ou Coreia do Sul) e, em contraposição, o retrocesso até níveis inclusive inferiores aos alcançados durante a etapa de descolonização de zonas como a África Subsaariana. Esta produção transcontinental de fortes desigualdades constituiu uma fonte permanente de violência, daí a necessidade de que os sistemas estatais possam garantir formas extremas de coerção extra-econômica. Enquanto isso, em boa parte da Ásia e África pode-se observar o processo completo de acumulação primitiva e proletarianização forçada que Marx descreveu em relação, principalmente, à Inglaterra em seu famoso capítulo sobre a questão, o qual nos lembra do papel central do estado em tal processo de “gerar”, em suas palavras, as condições para o crescimento acelerado da produção capitalista. Processos relativamente similares foram duplicados a tal ponto em numerosos países sob regimes combinados de estado-nação e administração globalizada –via o Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC), etc.– em um sistema transnacional, onde uma autoridade supervisora supranacional tornou-se novamente uma necessidade objetiva do sistema como um todo; daí a firme articulação entre as instituições multilaterais, o estado norte-americano e administradores locais de outros estados.

Num nível mais amplo de generalização, poder-se-ia dizer que foram necessárias duas guerras mundiais para se decidir se os EUA ou a Alemanha herdaria os impérios coloniais da Inglaterra ou da França e, por fim, transformar-se-ia no centro do império global. É chamativo que enquanto a visão alemã se fundava na noção primitiva dos impérios coloniais mundiais, os EUA, já com Woodrow Wilson, hasteavam a bandeira da dissolução do colonialismo e do “direito das nacionalidades”, como precursor ideológico do imperialismo atual da “democracia” e dos “direitos humanos”. E foi precisamente após a Primeira Guerra Mundial, quando o centro financeiro global se mudou de Londres para Nova Iorque, e a Revolução Bolchevique desafiava o capitalismo global como um todo, que os EUA se posicionaram

como líderes do “Mundo Livre” (como já era evidente a partir da presença dominante de Wilson em Versalhes e a liderança que os EUA exerceriam sempre nas cruzadas para conter o comunismo, especialmente após a Segunda Guerra Mundial).

Precisamente no momento em que os EUA alcançaram seus objetivos a longo prazo, incluindo o domínio completo sobre seus sócios do mundo capitalista avançado, em certos círculos surgiu a expectativa de uma nova “rivalidade interimperialista” entre os EUA e a União Européia (EU), dado o tamanho da economia desta última. Isto também foi estendido a outros centros competitivos da produção global capitalista devido às projeções futuristas do poder do Sudeste Asiático, seja do Japão, China ou um bloco de estados dessa região. Isto parece muito fantasioso. O máximo a que aspiram os europeus no Terceiro Mundo é buscar mercados e oportunidades de investimento. Neste caso, não há projeções de poder pela simples razão de que não há nenhum poder. Não apenas o poder militar dos EUA é muito maior do que o de toda Europa junta, além disso, sua presença militar em mais de uma centena de países contrasta tão nitidamente com a da Alemanha ou da França que a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) apenas se move para onde os EUA indiquem. Esta supremacia militar sobre os que seriam seus possíveis rivais se complementa por sua vez com o arrebatador poder financeiro de sua moeda, tanto por seu domínio sobre a produção tecnológica, científica e intelectual como também seu alcance cultural e ideológico em escala global devido ao poder que exerce sobre os meios de entretenimento e (des)informação de massa.

Durante a segunda metade do século, os EUA enfrentaram com a mesma tenacidade os nacionalismos radicais do Terceiro Mundo e o comunismo. Tendo defendido a descolonização como condição necessária para o surgimento de um império globalmente integrado sob seu próprio domínio, opôs-se aos movimentos de libertação nacional, fossem eles liderados por comunistas (como na Indochina) ou por nacionalistas radicais (como na Argélia); ao não-alinhamento (a retórica de “conosco ou contra nós” de George Bush filho vem diretamente dos discursos de John Foster Dulles dos anos cinquenta); assim como a certos regimes nacionalistas, seja o de Nasser, o de Nkrumah, o de Sukarno ou mesmo o do Príncipe Sihanouk no Camboja. Por sua vez, manteve monarquias onde pôde e impôs ditadores onde fosse necessário. Ainda que o fracasso do projeto nacional-burguês no Terceiro Mundo responde a todo tipo de fatores internos, foi decisivo o desgaste implacável que os EUA impuseram sobre estes processos. Tende-se a esquecer que em sua visão do pós-guerra, o próprio Keynes havia recomendado não apenas restrições estatais aos rentistas nos países capitalistas avançados, mas também transferências de capital a longo prazo para os países

subdesenvolvidos com o fim de garantir o crescimento real e, portanto, a paz interior e a estabilidade dos mercados mais prósperos para os bens dos próprios países capitalistas desenvolvidos. Esta última recomendação foi rechaçada pelos EUA, que mantinham naquele momento um firme controle da arquitetura de Bretton Woods. O desgaste do projeto nacional-burguês (dado que o mesmo requeria altos níveis de protecionismo, tarifas, poupança interna e industrialização assistida pelo estado, com pouco espaço para a penetração imperialista) de fato tendeu a debilitar esses estados com relação ao domínio externo, ao mesmo tempo em que os tornou muito mais voláteis e, eventualmente, suscetíveis a todo tipo de irracionalidade, minando assim sua própria legitimidade popular. Este fenômeno tornou necessária não apenas uma supervisão globalizada, mas também um progressivo estado global *intervencionista*; como repetem Bush e Blair, agora todo o sistema tem que ser “reordenado”. A Guerra Fria nunca foi fria para aqueles fora da OTAN e das zonas do Pacto de Varsóvia, dado que as intervenções militares diretas ou indiretas dos EUA no Terceiro Mundo foram moeda corrente ao longo de tal período. Assim, ter ganho a Guerra Fria não abriu um processo de paz mas uma ideologia do intervencionismo permanentes por parte dos EUA. Como expressou Bush dez dias depois da catástrofe do 11 de Setembro: “uma tarefa que nunca termina”.

A derrota de todas as forças que Hobsbawm felizmente batizou de “esquerda ilustrada” –comunismo, socialismo, movimentos de libertação nacional e a ala radical das socialdemocracias– produziu uma profunda crise ideológica em nível mundial. Ainda que raça, religião e etnicidade –rotuladas como “identidades”– ocupam agora o lugar que antes tinham as lutas de classe e as solidariedades inter-religiosas, inter-raciais e trans-étnicas, e uma política da “Diferença infinita” se erige sobre as ruínas da política da *igualdade*. O pós-modernismo está na mesma corrente que as temáticas provenientes do irracionalismo europeu e a nostalgia pelo pré-moderno. De fato, esta idéia do pré-moderno como solução pós-moderna aos problemas da modernidade foi difundida com conseqüências nefastas nas periferias do sistema capitalista, seja como ideologia da extrema direita hindu na Índia, dos diversos fundamentalismos islâmicos ou das ideologias milenares daqueles que nos trouxeram o 11 de Setembro. O terrorismo substituiu a libertação nacional e hoje os EUA perseguem grupos de terroristas com a mesma perseverança com que até pouco perseguia falanges de revolucionários. Mas tampouco é uma questão exclusiva das periferias. Os próprios EUA aderem hoje a uma combinação peculiar de fundamentalismo cristão, sionismo, neoconservadorismo de extrema direita e militarismo.

É aqui onde se pode observar a especificidade do regime atual de Bush nos EUA. Vale a pena recordar que, durante o século XX, os EUA não ape-

nas lutaram a guerra de posições contra o comunismo e os nacionalismos radicais, como também, e de maneira crucial, por seu próprio domínio sobre seus rivais capitalistas a fim de conseguir um papel preponderante com o único arquiteto do sistema capitalista global. Neste sentido, a administração atual continua um projeto cujas políticas mais agressivas não se remontam exclusivamente às administrações de Bush pai ou Reagan, mas também às de Clinton e Carter. A primeira especificidade subjacente a este regime é que, devido à dissolução do bloco soviético, pela primeira vez na história da humanidade um único poder imperial é tão dominante sobre seus rivais que na verdade não possui nenhum rival, próximo ou longínquo, que o possa desafiar no preciso momento em que tem a máxima capacidade para dominar o mundo. Neste quadro, Clinton aparece como uma figura de transição, enquanto que a presidência de Bush filho parece coincidir plenamente com este momento histórico em que a máxima concentração de forças pode ser exercida sem impedimentos. Esse é o momento objetivo desta presidência. A segunda especificidade é que, desde 1914 até agora, nunca houve uma concentração tão forte da extrema direita que pudesse monopolizar as instituições governamentais dos EUA; uma força tão sobredeterminada em seus projetos e ideologia globais. A seu modo, este governo é tão milenarista como o membro mais irracional da Al Qaeda ainda que, distintamente desta última, tenha mais poder que qualquer outro na terra. É por isso que ainda que suas ações sejam conformes à lógica do capital, também podem excedê-la.

II

Para entender apropriadamente onde se localiza hoje o imperialismo, é necessário começar em reconsiderar a concepção leninista –apenas uma teoria, cabe esclarecer– da “rivalidade interimperialista”. Seu pensamento nesta matéria surgiu no curso de uma análise conjuntural no interior do intenso debate sobre a iminência ou não da Primeira Guerra Mundial, assim como também sobre a linha de ação que a socialdemocracia europeia devia tomar neste caso: a questão do voto sobre os créditos de guerra (particularmente na Alemanha), a questão das possibilidades revolucionárias que o advento da guerra podia abrir como consequência, que classe de bloco de poder (alianças de classe) deviam construir os partidos revolucionários chegado o caso, e onde as probabilidades de uma revolução –se havia alguma– eram maiores. O notável desta concepção é que não estava baseada na dinâmica do modo de produção capitalista nem em uma análise histórica das formas de competição que davam lugar a conflitos recorrentes entre poderes coloniais. Não obstante, como análise conjuntural, a posição de Lênin acabou sendo inexpugnável. Contrariamente àquilo em que Kautsky –o grande teórico da

socialdemocracia alemã— acreditava, a Primeira Guerra Mundial logo conduziu à Segunda, ao mesmo tempo em que se criavam as condições para uma Revolução Bolchevique bem-sucedida. Até o final da guerra, países como a Alemanha e Itália experimentaram níveis altíssimos de militância revolucionária, que nunca seriam iguais durante o período do pós-guerra. E foi precisamente como consequência de tal guerra e da Revolução Bolchevique que surgiram os movimentos de massas anticoloniais em numerosos países da Ásia e África. Como Lênin havia recomendado em seu devido momento, as alianças entre proletários, camponeses e a *intelligentsia* de esquerda haviam se convertido no denominador comum de tais movimentos, liderados ou não por comunistas. Tampouco cabiam dúvidas sobre o interesse da Alemanha em uma redivisão do mundo colonial, “recém chegada” ao capitalismo avançado e sem ser um “estado possuidor de colônias”, para usar uma expressão de Luxemburgo.

A acuidade da análise *conjuntural* de Lênin, e das recomendações estratégicas que daí se derivavam, não têm nada a ver com a veracidade ou não de outros elementos de seu pensamento, como a exportação de capitais, etc. Na verdade, a idéia da “rivalidade interimperialista” tinha muito mais a ver com a do “elo mais fraco” (por exemplo, mais possibilidades revolucionárias na Rússia que na Alemanha), a estratégia política de alianças multiclassistas basicamente entre proletários e camponeses (e uma grande inovação na teoria revolucionária marxista para países atrasados —o crime fatal de Stalin foi o de ter rompido tais alianças), e a questão colonial-nacional (a possibilidade de revoluções anticoloniais devido ao enfraquecimento das burguesias colonizadoras, o levantamento de movimentos de massas anticoloniais após a Primeira Guerra Mundial e a descolonização geral depois da Segunda). É possível apreciar os méritos desta análise conjuntural e da teoria política que a acompanhava sem por isso ter de aderir à teoria econômica em que se sustentava.

De qualquer modo, a concepção da “rivalidade interimperialista” pressupunha uma fase dentro da evolução global do modo de produção capitalista em que os capitais nacionais eram essencialmente discriminados por natureza e com escassa interpenetração. Portanto, pressupunha um tipo de estado que representava as burguesias nacionais como tais em competição com outras burguesias nacionais e seus respectivos estados. Ao estar arraigada no debate sobre a iminência e inevitabilidade da guerra entre tais estados organizados discricionalmente, o sentido do termo “rivalidade” excede *naquelas circunstâncias* o de mera competição. A idéia de uma guerra iminente necessariamente pressupunha alguma equivalência, ou ilusão de equivalência, nos níveis de capacidade militar, ou seja, os rivais eram percebidos como capazes de lutar entre si em função de suas estruturas militares potenciais.

Este breve *excursus* sobre a concepção de Lênin nos permite assinalar uma questão: hoje não é possível extrapolar um conceito de “rivalidade interimperialista” que reflita a situação conjuntural de um século atrás. Na medida em que se revisam aqueles textos clássicos, evidencia-se seu pertencimento a uma época totalmente distinta. A especificidade da conjuntura em que se desenvolve o imperialismo de nosso tempo, distintamente da época de Lênin, é que seu centro –composto pelos países capitalistas avançados– não está constituído nem por rivais nem por iguais. A população total e o PNB combinado da UE são iguais aos dos EUA, na verdade marginalmente maiores. Mas aqui termina a comparação. A UE não tem uma estrutura estatal centralizada nem remotamente comparável à dos EUA, nem um idioma comum, nem um exército vigente ou estruturas de segurança próprias, nem política exterior que sujeite os estados-membros, nem leis que transcendam a esfera nacional para além de alguns temas específicos. A constituição proposta em 2003 está tão atada a uma série de condicionamentos que, mais que uma constituição, parecia uma declaração de princípios e pontos de vista. Os fatores unificadores parecem se reduzir à burocracia de Bruxelas, o novo Euro e um monte de outras boas intenções.

Tudo isso ficou em evidência durante o processo de tomada de decisões referente à invasão do Iraque. A Grã-Bretanha se lançou nos braços dos EUA sem sequer dar a mínima consideração procedimental para a UE, mas sim mantendo o papel de subordinado leal que os EUA lhe impuseram desde a Segunda Guerra Mundial e do qual nem Wilson, nem Margaret Thatcher nem Tony Blair se desviaram jamais. Logo, na medida em que a França e a Alemanha procuraram diferenciar-se e o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, tachou-as com desprezo como “a velha Europa”, todos desde Derrida até Habermas desfilaram pelos programas de televisão expressando seu espanto em nome da Europa. Eventualmente, Rumsfeld pode se alinhar com a Grã-Bretanha, Itália, Espanha, Portugal e um conjunto de pequenos novos países da “Europa”, e foi precisamente em Açores que Bush tomou a decisão final de ignorar o Conselho de Segurança antes de começar a invasão, a aliança franco-alemã propunha uma advertência de trinta dias a Saddam (e aos inspetores), depois da qual a invasão seria tolerada. Bush ostensivamente desprezou a proposta de manter a agenda estabelecida pelo Pentágono e ignorar o Conselho de Segurança. Os EUA ordenaram retirar imediatamente os inspetores das Nações Unidas, para o que Kofi Annan, o secretário geral das Nações Unidas, nem sequer teve o trabalho de convocar a seção do Conselho de Segurança mesmo quando os inspetores haviam sido enviados não pelos EUA, mas pela resolução do próprio Conselho. Deste modo, Annan simplesmente ordenou aos inspetores que cumprissem as ordens dos EUA. Algum tempo depois, Hans Blix, o inspetor geral, diria

que sempre tinha acreditado que não havia armas de destruição de massa no Iraque e que todo o assunto nada mais era que uma grande farsa. Uma vez que a invasão estava em marcha, até a aliança franco-alemã começou a rezar publicamente por um final rápido em favor dos EUA e, um pouco mais privadamente, a rogar por contratos para as empresas européias no processo de “reconstrução” do Iraque. Quando os EUA se afiançaram como a única força de ocupação e não concederam nenhuma participação efetiva às Nações Unidas, a aliança franco-alemã baixou a cabeça.

Enquanto isso, na questão da lei belga que concedia a suas cortes a jurisdição para julgar estrangeiros por crimes de guerra, a severa ameaça de Rumsfeld de transladar a central da OTAN para fora de Bruxelas se a lei não fosse modificada suscitou um repentino gesto de condescendência por parte do governo belga. Outro tanto ocorreu com os protestos por parte dos intelectuais europeus “bem-pensantes” pelos direitos humanos como aspecto integral da identidade européia emergente. Ao que parece, a Bélgica não tem direito a possuir leis próprias para assuntos tais como os crimes de guerra, mesmo que tais leis não tenham nenhuma relevância para o comércio global ou para os contratos financeiros e comerciais. A doutrina da soberania limitada que promove a política exterior norte-americana e seus efeitos sobre o novo constitucionalismo imperial pareciam ser aplicáveis não apenas aos países do Terceiro Mundo, mas também, ainda que seletivamente, à própria capacidade da Europa de promulgar leis autonomamente.

No plano teórico, este tipo de desenvolvimentos põe em dúvida a concepção da “soberania” supranacional ao estilo Negri-Hardt, a qual, segundo estes autores, globalizou-se tão plenamente que é impossível de localizar em algum lugar em particular, ao mesmo tempo em que somente uma “multidão” sem limites de classe ou outras identidades ou fronteiras pode se opor a ela. O que acontece na verdade é que os EUA fazem valer seu direito soberano de atuar em seu próprio interesse (o que chama de “defesa”) zombando da soberania de outros, e daí que a soberania do estado imperial parecia não ter fronteiras. De fato, foi a senhora Albright, antiga professora da universidade de Georgetown e secretária de Estado da administração Clinton, quem sustentaria que “soberania” e “nacionalidade” eram noções fora de moda e, por conseguinte, deviam ser abandonadas em vista das novas estruturas da globalização e dos imperativos da “intervenção humanitarista”.

Com a afirmação do direito soberano de guerrear contra qualquer estado que se apresente como ameaça —a chamada “guerra antecipatória”—, reservando-se obviamente o direito de julgar o que é que constitui uma ameaça, o governo de Bush dá continuidade de fato a uma doutrina já posta em prática por administrações anteriores. O que estamos presenciando, em todo caso, é a construção de uma soberania imperial que pela primeira vez é

reclamada por um estado que ao mesmo tempo é o estado de uma nação e um estado globalizado do capitalismo contemporâneo. Os EUA atribuem-se uma soberania ilimitada que é arbitrária por natureza, e que só pode existir na medida em que seu poderio é tão superior ao dos demais que sua ação não pode ser desafiada por nenhum outro componente do sistema de estados, por ressentidos que estes possam estar.

Dentro da perspectiva da “rivalidade interimperialista”, na medida em que é oposta à soberania global do império americano, ainda há outra idéia mais futurista, mesmo que menos verossímil, que situa esta rivalidade não tanto no Atlântico, mas na zona do Pacífico, de onde surge que o rival não seria a Europa, mas o Leste Asiático. Em uma primeira versão, a rivalidade viria do Japão, mas a tendência recorrente às crises em sua economia, contrastada com as significativas taxas de crescimento mantidas pela economia chinesa durante mais que uma década, parece ter voltado as atenções para a China. No entanto, esta também parecia ser uma opção inviável. Quaisquer sejam suas taxas de crescimento, a escalada da economia chinesa não é nada comparada com a da EU e, além do considerável tamanho de suas forças armadas terrestres, a tecnologia avançada de suas capacidades militares é ainda muito inferior inclusive à da Rússia. O papel preponderante de sua cúpula militar é, sobretudo, interno e está relacionado com o controle de sua sociedade civil e com o domínio de outras instituições estatais; portanto, suas capacidades para fazer a guerra são majoritariamente de caráter defensivo. Seu próprio crescimento econômico agravou suas contradições sociais internas, tanto nas clivagens de classe como regionais, e seria sorte se a China sobrevivesse a este difícil e entrecortado período de crescimento, dada sua atual configuração territorial, sem enfrentar o crescente mal-estar das massas. Do que, sim, podemos estar seguros é de que os EUA vão explorar esse mal-estar social para manter movimentos separatistas, especialmente nas regiões periféricas como Xinjiang, ao mesmo tempo em que põem o Tibet na mira como possível área de controle territorial. Enquanto isso, a indiscutível orientação exportadora de sua economia serviu para integrá-la profundamente no mercado de consumo dos EUA, e, portanto, a China estaria hoje ameaçada por um pesadelo no caso de que houvesse uma grande recessão nos EUA e suas exportações declinassem dramaticamente e, conseqüentemente, sua economia seria lançada na direção de um estancamento. Integrar a China dentro do sistema global dominado pelos EUA como forma de aumentar sua dependência era um imperativo que Bush pai e Clinton já haviam compreendido muito bem. A atual administração poderia perseguir políticas que forcem a China a gastar enormes quantidades recursos provenientes de seu crescimento econômico para investir em defesa militar (para cuja finalidade a Índia desempenharia um papel chave) e assim exacerbar

ainda mais os conflitos internos. De qualquer modo, a China se tornou extremamente vulnerável aos EUA, militar e economicamente, daí que vê-la como competidor é fantasioso sob todos os aspectos.

III

Distintamente da rivalidade interimperial, a questão do colonialismo é —ou deveria ser— central para nosso entendimento do presente. Na história do imperialismo, o papel do colonialismo —hoje em dia conceituado de maneira geral como um contraste entre impérios “formais” e “informais”— sempre foi um assunto controvertido. Sem medo de nos contradizer, exceto para os círculos devotamente “Eurocêntricos” (*Westocentric*), podemos oferecer quatro observações básicas. Primeiro, o colonialismo não é um aspecto incidental, episódico ou epifenomênico do desenvolvimento capitalista, e a negação deste fato empobreceu boa parte da teoria marxista do capitalismo. Desde o princípio, o colonialismo foi uma parte intrínseca da acumulação primitiva do capital e as ex-colônias continuam desempenhando seu papel em tal processo de acumulação que ainda hoje continua se dando no imperialismo pós-colonial de escala global (como argumenta David Harvey neste volume, a acumulação primitiva é uma constante ao longo de toda a história do capitalismo até nossos dias). Segundo, há um profundo contraste entre os distintos tipos de colonialismo, por exemplo, entre o levado a cabo pelos colonos (que foi bem-sucedido na América e Austrália, mas que falhou na Ásia e na África) e as assim chamadas colônias que foram ocupadas, administradas e exploradas por burguesias externas, mas que nunca fincaram raízes nas terras conquistadas (como é o caso da maior parte das colônias da Ásia e África). Alguns dos assentamentos de brancos nas zonas temperadas conseguiram uma transição ao capitalismo avançado (América do Norte e até certo ponto Austrália e Nova Zelândia), enquanto que outros não (América Latina e Caribe). Tampouco conseguiram aquelas colônias ocupadas, mas não colonizadas, ainda que a Índia tivesse potencial no momento da colonização. A maior parte do capital e da tecnologia foram transferidos às “colônias de colonos”, e às outras praticamente não transferiram quase nada. Isto trouxe consigo efeito diretos sobre a estrutura de classes dos respectivos subsistemas. As colônias de assentamento que fizeram a transição para o capitalismo avançado se caracterizaram pelo domínio da indústria sobre a agricultura, e, portanto, mantinham um equilíbrio demográfico no qual o número de empregados superava o de desempregados. No caso daqueles que não fizeram tal transição, o exército de desempregados tendia a exceder os setores da classe operária.

Terceiro, os chamados impérios “informais” (imperialismo sem colônias) foram recorrentes desde o princípio, e as conquistas coloniais em grande escala foram geralmente precedidas por outras formas de exploração imperialista. Os destacamentos no litoral da África Ocidental, combinados com ataques e incursões no interior, foram suficientes para dizimar boa parte de suas populações via tráfico de escravos e o desmantelamento de suas redes econômicas: a conquista do interior viria muito depois. Inclusive o início da conquista territorial da Índia foi posterior ao estabelecimento dos fortes costeiros destinados ao imperialismo comercial, e a conquista territorial completa levou cerca de cem anos –sem mencionar que passou de uma possessão da Companhia das Índias Orientais a uma colônia da coroa. Por contraste, iriam transcorrer noventa anos entre a conquista completa e a descolonização.

Quarto, a história global dos impérios “formais” e “informais” –sem mencionar as conquistas coloniais e a descolonização– é paralela, mas não sincrônica. A América Latina estava completamente descolonizada muito antes que os interiores da Ásia e da África estivessem plenamente colonizados. A história da rivalidade anglo-americana sobre o império “informal” da América Latina posterior à descolonização precedeu o surgimento de movimentos anticoloniais em massa na Ásia e África por quase um século. O fato de que as formações estatais latino-americanas tenham sua origem nos assentamentos de colonos enquanto que a maior parte dos estados da Ásia e da África nem sequer experimentaram algo parecido produziu como consequência um desenvolvimento diferenciado de línguas, culturas, religiões, composição demográfica, etc. nos respectivos continentes. E no que diz respeito aos territórios colonizados e nos “semi-colonizados” (nos termos de Lênin), algumas das consequências do imperialismo foram mais similares para os impérios “formais” e “informais”. A Índia mudou seu estatuto de colônia da coroa na década de 1830. Nesse momento, a Turquia, que nunca havia sido colonizada, levava adiante reformas burguesas modernas –período de Tanzimat; e até a década de 1920, ambos haviam desenvolvido relações de propriedade, estruturas legais e movimentos reformistas similares, para não mencionar as formas de dependência da Europa (por exemplo, a servidão ocasionada pela dívida), com a diferença de que a Índia havia sido colonizada e Turquia não.

Em toda esta história do colonialismo, os EUA ocupam um lugar único. Foi a única ex-colônia que se converteu em império; e inclusive quando no século XIX estava na moda na Europa a colonização, os EUA não buscavam colonizar, mas dominar a América Latina. Nascidas do genocídio que produziu a anexação de seus vastos territórios, as Treze Colônias fizeram uma revolução, converteram-se em uma nação e deram a si próprias uma

constituição que combinava uma comovedora retórica sobre o que hoje chamamos “direitos humanos” com a defesa da escravidão. Deste modo, os colonos puderam continuar fazendo o que já faziam de fato –escravidão baseada na raça para as plantações, os lucros comércio triangular, comércio e indústria concentrados majoritariamente na costa leste, pequena produção na Nova Inglaterra–, mas agora sem ter que compartilhar os lucros com “a pátria mãe”. A ideologia expansionista que surgiu disto era mais anexacionista que colonialista no sentido europeu: tudo que havia além das fronteiras estava aí para ser tomado, daí que estas se expandiram durante a maior parte do século XIX. Até o oeste o único limite era o Pacífico; até o norte e o sul, as fronteiras com o Canadá e o México foram disputadas através de guerras e foram anexadas sem necessidade de colonização. Distintamente dos estados europeus que “possuíam colônias”, os EUA nunca tiveram o problema do trabalho excedente (*surplus labour*); dado que acumulava continuamente em uma grande quantidade de recursos excedentes por si próprios. Enquanto os europeus exportavam sua própria população para as colônias a fim de alcançar um equilíbrio demográfico favorável, os EUA puderam prosperar graças à importação de escravos, mão-de-obra qualificada e uma grande quantidade de recursos intelectuais de outros países. Seu primeiro império “informal” foram as próprias Américas, e na medida em que os territórios anexados eram incorporados progressivamente como parte do território nacional, império e nação eram, em sua gênese, uma coisa e outra.

IV

Como os EUA não entraram na Primeira Guerra Mundial para redividir o mundo colonial, mas para arbitrar as disputas entre os europeus, converteram-se no *primus inter pares*. Os nazis haviam iniciado a Segunda Guerra Mundial com a ambição de converter o mundo inteiro em uma grande colônia alemã. Uma vez que os EUA entraram no conflito, adotaram a política explícita de persuadir –ou forçar– os estados “que possuíam colônias” a desfazer-se delas e juntar-se num império capitalista unificado em escala global. Mais adiante, os EUA travariam muitas batalhas, das quais a mais prolongada e sangrenta provavelmente tenha sido a da Indochina, mas nunca com o fim de colonizar e sim de conseguir regimes subordinados e fazer do mundo um lugar seguro para o capitalismo.

A arquitetura do poder posterior à Segunda Guerra Mundial combinava uma clara liderança dos EUA com uma complexa rede de instituições multilaterais. As mais importantes eram aquelas que os EUA podiam controlar mais firmemente –a OTAN e as instituições financeiras internacionais (IFIs). As Nações Unidas eram consideradas um mal necessário dado que a URSS

tinha poder de veto no Conselho de Segurança e o número de membros na Assembleia Geral era tão grande que conseguir maiorias fazia-se difícil. Até houve um fugaz momento nos anos setenta em que as Nações Unidas haviam se tornado um fórum para promover projetos nacionalistas para o Terceiro Mundo mediante os subsídios de organismos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Agora que os velhos adversários foram derrotados, há uma situação paradoxal com relação à crescente docilidade das Nações Unidas: os EUA estão hoje tão determinados a controlar as redes do capitalismo mundial que terminam solapando não apenas o poder das Nações Unidas, mas também eventualmente o do FMI e do BM, os quais foram até pouco tempo seus principais instrumentos de governança, especialmente no Terceiro Mundo. Em retrospectiva, pode-se observar que tanta ênfase no multilateralismo era em si mesma funcional à necessidade de fazer frente ao desafio do comunismo e do nacionalismo do Terceiro Mundo dentro de um marco institucional que permitisse sustentar a unidade e o consentimento dos principais aliados sob a asa de sua própria liderança. Hoje em dia, sem esses desafios, com uma liderança firme e uma administração muito mais beligerante, muitos aspectos daquele multilateralismo foram deixados de lado. As afirmações exaltadas de Bush filho sobre a soberania imperial dos EUA são diametralmente opostas ao trilateralismo de seu pai.

Um aspecto muito subestimado da hegemonia global que os EUA estabeleceram depois da Segunda Guerra Mundial foi o papel que a indústria do conhecimento exerceu no treinamento e na cooptação de amplos segmentos das elites do Terceiro Mundo, seja de maneira direta em suas próprias instituições ou indiretamente através de instituições “nacionais” do Terceiro Mundo, mediante o abastecimento de professores, programas de estudo, subvenções, equipamento de pesquisa, bibliotecas e outras coisas mais. Marx uma vez disse que uma classe dominante somente é estável na medida em que incorpora a seu serviço os melhores cérebros das classes subalternas. No momento em que os impérios da Ásia e África se dissolviam e os EUA perfilavam-se com o líder claro dos países capitalistas, estes desenvolveram o *establishment* acadêmico maior, mais rico e melhor financiado jamais visto na história da humanidade. Também se dispuseram sistematicamente a incorporar dentro de seu próprio âmbito acadêmico intelectuais chave dos países recentemente descolonizados provenientes dos diversos campos da física e das ciências técnicas, das ciências sociais e das humanidades, da arte, da diplomacia, da jurisprudência, etc. Muitos dos que permaneceram nos EUA passaram a formar parte de seu *establishment* intelectual e, certamente, foi a partir dos anos sessenta que a grande “fuga de cérebros” do Terceiro Mundo (principalmente da Ásia) teve seu grande momento (o que contrasta

notavelmente com os intelectuais europeus que não queriam emigrar de seu continente próspero e recentemente estabilizado).

Aqueles que regressavam convertiam-se em economistas, cientistas, diplomatas, burocratas, professores, políticos e empresários de seus respectivos países. Em comparação, a influência dos países europeus na formação intelectual da *intelligentsia* do Terceiro Mundo pós-colonial se reduziu intensamente, e as instituições domésticas foram reformadas à imagem e semelhança das dos EUA. O projeto imperialista americano foi em boa medida facilitado pelo fato de que o inglês havia se convertido, então, no idioma universal, dado que era o idioma dos dois impérios mais importantes dos séculos XIX e XX. Como resultado, a maior parte das instituições estatais nas dependências do Terceiro Mundo foi conquistada simplesmente através da conquista intelectual de seu pessoal mais importante. Para esse pessoal estatal, o ponto de vista americano converteu-se em seu senso comum básico. Mas não se tratava de um mero assunto prático. Isto estava acompanhado de todo um treinamento do sentido e da sensibilidade, do gosto artístico e literário, de pautas de consumo, televisionamento e absorção de notícias que se reproduzem nas formas da indústria do entretenimento. A maior parte dos intelectuais europeus hoje é conhecida na Ásia e África através de sua reconversão americana; a única literatura latino-americana que chega às livrarias de Nova Delhi é aquela que foi traduzida, comentada e publicada nos EUA. Por sua vez, as únicas formas musicais que hoje são “universais” provêm dos EUA ou são variantes locais da forma americana. Definitivamente, é possível dizer que, mesmo que com um grau considerável de cor local e originalidade imitativa, a pós-modernização do mundo é, na verdade, a americanização do mundo.

V

No entanto, este não é o único impacto que o imperialismo moderno apresenta sobre as esferas culturais e ideológicas do Terceiro Mundo. Uma explosão geral de irracionalidade ao longo de grande parte das antigas colônias e semicolônias foi outra consequência do fracasso do projeto original anti-colonial.

Os movimentos de libertação nacional contra o colonialismo e o imperialismo surgiram dentro de um campo de forças determinado e contraditório. Por um lado, estavam constituídos pelas hierarquias anacrônicas de suas próprias sociedades e pelo domínio externo que era, por si próprio, cúmplice dessas hierarquias. Por outro, estavam inspirados pelo aspecto radical da Modernidade: as idéias iluministas da razão secular e do direito de qualquer entidade social de emancipar-se a si própria por meio do exercício de tal

razão; o exemplo prático dentro das sociedades industriais avançadas de relativa expansão social; as idéias da Revolução Bolchevique, que se expandiram pelo mundo no preciso momento em que surgiam esses movimentos de massa e inspiraram novos movimentos de massa. Em linhas gerais, estes foram ao mesmo tempo movimentos seculares de reforma –a secularização da religião era quase sempre um objetivo– e movimentos anticoloniais. Como movimentos de massa, conseguiram incorporar dentro da arena política atores sociais coletivos que nunca antes haviam participado politicamente. E como movimentos pela independência nacional e pela transformação social, buscavam integrar diversos elementos da sociedade, o que de outro modo não teria sido possível, dado que pertenciam a diferentes grupos étnicos, religiosos e lingüísticos.

Obviamente, esta não foi a única forma de oposição ao colonialismo que se desenvolveu. Comumente, era hostil tanto aos movimentos de reformas seculares como ao colonialismo. No entanto, de uma perspectiva mais ampla, é surpreendente quão dominantes eram as tendências secularizantes, modernizadoras e inclusive revolucionárias –da África do norte, passando pelo oeste e pelo sul da Ásia até a Indochina. Isto podia incluir tanto o nacionalismo árabe como o movimento anticolonial da Índia e grande parte dos regimes reformistas como o de Atatürk, que fundou o estado moderno turco. Os partidos comunistas de massa eram um fenômeno em nada restrito a países como Vietnã, onde triunfou a libertação nacional liderada pelo comunismo, mas também presente em todo um conjunto de países do Iraque e Sudão até a Índia, Malásia e Indonésia. As sociedades muçulmanas parecem ter sido bastante receptivas às idéias comunistas, enquanto que entidades como o Rastelo Swayamsewak Sangh (RSS) da Índia e a Irmandade Muçulmana do Egito permaneceram marginalizadas até o último quarto do século XX. Poder-se-ia acrescentar que, de 1950 em diante, em todas estas sociedades o Islã político era sustentado e mantido pelos EUA como bastião contra o comunismo, o que teria depois efeitos desastrosos no Afeganistão. Por sua vez, em termos de classe, tais movimentos representavam uma aliança entre o campesinato e a classe média urbana e eram liderados pela *intelligentsia* desta última, por sua vez, alinhada com o projeto nacional burguês.

O que aconteceu, então, com este projeto após a independência? A resposta é complexa, mas, como ampla generalização, pode-se dizer que todos os regimes de burguesias nacionais que surgiram depois da descolonização nas sociedades agrárias tiveram que escolher entre o imperialismo e o campesinato, e em todos os casos traíram o campesinato. Este é um tema muito significativo. Gramsci já argumentava que as burguesias européias que haviam experimentado a Revolução Francesa tornaram-se tão temerosas do fantasma de um campesinato levando a revolução às últimas conseqüências,

que a burguesia nunca mais exerceria um papel revolucionário contra a classe proprietária. Efetivamente, nas economias agrárias das antigas grandes colônias, a revolução camponesa era a única via para sair da dependência imperialista. A falta de tal revolução foi decisiva na hora de decidir o fracasso do projeto nacional burguês, a conseqüente aceitação dos ditames imperialistas e a formação de regimes neoliberais por parte das burguesias locais. Este fator interno foi certamente decisivo no caso da Índia, onde o estado pós-colonial “engendrou” aceleradamente uma poderosa burguesia industrial e financeira e criou uma extensa classe de agricultores ricos no campo, mas nunca emancipou a grande massa de camponeses pobres e sem terra. Este tipo de estado começou a decair até meados dos anos setenta, e quando chegou o momento certo a burguesia desarticulou o projeto de estratégias de crescimento assistidas pelo estado em favor de um estatuto majoritariamente subordinado às estruturas do capitalismo global. O grande fator externo que havia contribuído anteriormente com o projeto nacional burguês era a existência do bloco soviético que fornecia ajuda chave em termos tecnológicos, financeiros e de mercado, de modo que sua queda também significou o fim do pouco que restava desse projeto. De qualquer modo, as pressões imperialistas constituíram o fator fundamental na morte de tal projeto.

Em vários países, da Índia até a Argélia e o Egito, o fracasso e/ou a queda do nacionalismo democrático, secular e anticolonial deu lugar a formas irracionais de nacionalismo cultural e delírio atávico. Em outros de meus artigos argumento que em toda a história do nacionalismo moderno, do início do século XIX em diante, tem havido uma luta feroz entre o projeto do Iluminismo de uma cidadania igual e auto-emancipada racional, por um lado, e o nacionalismo romântico, identitário, racista e religiosamente intolerante por outro. O que vemos hoje é que o fracasso do projeto do Iluminismo conduziu necessariamente ao surgimento de identidades selvagens baseadas na raça ou na religião. Nos termos de Clara Zetkin, o fascismo foi a “recompensa” pelo fracasso em fazer a revolução.

Isto nos leva à Al Qaeda. No mundo árabe, o projeto nacionalista radical do nasserismo entrou em colapso durante a Guerra dos Seis Dias em 1967 –a invasão “antecipatória” do Egito por Israel, a destruição instantânea de sua força aérea e a ocupação do Sinai– ali onde o estado sionista era um claro instrumento do império americano. Foi a partir dessa catástrofe que as monarquias se estabilizaram novamente e ressurgiu o Islã político no mundo árabe. Na Palestina, a derrota da esquerda e das forças secular-democráticas de libertação nacional dão conta do posterior surgimento do Hamas e dos homens-bomba suicidas. No Irã, a destruição do movimento comunista e das forças nacionalistas seculares, graças ao esforço conjunto da CIA e da polícia secreta do Xá, deu lugar para que regimes islâmicos preenchessem

o vazio e se apropriassem dos sentimentos antimonárquicos e reformistas do povo iraniano. No Afeganistão, os EUA apoiaram uma elaborada e feroz guerra contra os regimes reformistas instalados pelas forças comunistas, congregando o extremismo islâmico internacional para combater o comunismo e por em cena os chamados “mujaidins”, o Talibã, Osama Bin Laden e companhia. Esse é o monstro de sua própria obra que veio encurralar os EUA no 11 de Setembro de 2001.

VI

É necessário retomar a pergunta do começo, isto é, onde reside a especificidade do regime de Bush filho. Em primeiro lugar, não reside nas invasões ao Afeganistão e Iraque. No caso do Afeganistão, os EUA simplesmente voltaram a se beneficiar com a guerra iniciada por Carter em 1978 contra o então novo regime secular do Partido Democrático do Povo do Afeganistão (PDPA) por meio de seus associados islâmicos que se chamavam “mujaidins” (“lutadores da fé”). Brzezinski, o conselheiro de Segurança Nacional de Carter, afirmou ter apoiado tal guerra com o objetivo explícito de atrair os soviético — e conduzi-los até a armadilha. Os Talibãs (literalmente, “estudantes”) surgiram entre os meninos mais jovens que cresceram nos campos de refugiados que a própria guerra havia gerado e foram treinados em seminários com o propósito expresso de produzir mais “lutadores da fé” ao serviço dos estadunidenses. Sobre a desgraça desse país ensangüentado, o regime da fração islâmica foi implantado pelas agências de inteligência paquistanesas e com o conselho dos EUA. Os chamados “afegãos árabes”, dos quais Osama era um dos líderes, eram agentes da CIA recrutados para combater os soviéticos. Quando os Talibãs se recusaram a cooperar plenamente com os EUA com seus desígnios de controlar o petróleo da Ásia Central, os EUA decidiram invadir. Niaz Naik, o diretor das forças diplomáticas paquistanesas, disse à BBC que os norte-americanos anunciaram que a invasão começaria em outubro. Os eventos do 11 de setembro ocorreram entre o desenho e sua execução.

A guerra contra o Iraque não começou em 2003, mas no curso da chamada “Guerra do Golfo” em 1991, a qual se estendeu durante uma década através de sanções e restrições do espaço aéreo em determinadas zonas — mais do que duraram somadas a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais — e sob três presidentes norte-americanos consecutivos, dois republicanos (pai e filho) e um democrata (Clinton, o “Novo Democrata” que inspirou ao “Novo Trabalhismo” do outro lado do Atlântico). Foi durante a presidência de Clinton que o Congresso dos EUA aprovou a Ata de Libertação do Iraque em 1998. Quando certas agências das Nações Unidas estimaram que

as sanções ao regime haviam causado a morte de meio milhão de crianças iraquianas, e os jornalistas perguntavam à secretária de Estado de Clinton, Madeleine Albright, se tais sanções haviam valido o preço dessas mortes, ela respondeu: “o preço valeu a pena”. Dado que as chamadas zonas de proibição de vôo no norte e leste do Iraque foram declaradas ilegais por Boutros Boutros-Ghali, o secretário geral da ONU, o esquema de bombardeio anglo-americano do Iraque converteu-se na maior campanha aérea desde a Segunda Guerra Mundial. Somente em 1999 foram lançados 1.800 bombas e foram alcançados 450 alvos. Cumulativamente, ao longo de doze anos, a tonelagem lançada sobre o Iraque equivale a sete Hiroshimas.

“Mudança de regime” é uma frase contagiosa e, indubitavelmente, o governo de Bush a elevou à categoria de direito legítimo da soberania imperial. Os EUA, no entanto, vem fazendo isso durante décadas. Isso foi feito no Iraque mesmo quando a CIA ajudou a derrocar o regime progressista de Abd al-Karim Kassem em 1964 e colocou em seu lugar o regime do partido de Ba’ath (“Chegamos ao poder no trem da CIA”, regozijava-se o secretário geral do partido antecessor do de Saddam), abrindo assim o caminho para a ditadura de Saddam Hussein, que foi um aliado próximo dos EUA durante a década de oitenta, quando lutou na guerra contra o Irã. “Mudança de regime” é o que trouxe a CIA para o Irã em 1953 e o exército dos EUA para Granada e Panamá mais recentemente. E a história do devir dos EUA como “libertador” e posterior ocupador data do fim do século XIX nas Filipinas.

O que é específico do regime de Bush é a combinação da intensificação dessas antigas tendências com um agregado de novidades que, tomadas em conjunto, representam uma quebra histórica. A intensificação de tendências é o suficientemente óbvia. Mas, quais são as novidades internas próprias à presidência de Bush? Primeiro, a maneira em que foi eleito: converteu-se em presidente por uma decisão judicial de duvidosos méritos, combinada com uma grande desfiliação (*disenfranchisement*) eleitoral de um considerável setor do eleitorado negro no estado da Flórida que, *casualmente*, era governado por seu irmão Jeb*. Outra grande contribuição de Jeb Bush à campanha de seu irmão foi haver congregado a maquinaria de neoconservadores, composta pelos *think-tanks* da extrema direita e supervisionada por Dick Cheney, que logo iria definir a política doméstica e exterior e ocupar as estruturas civis e militares depois das eleições. Quando os irmãos Bush conquistaram a Casa Branca, a extrema direita cooptou o Pentágono e, portanto, o aparato militar.

* N. da T.: este artigo foi escrito antes da reeleição de George W. Bush.

A segunda novidade de sua presidência, e que a distingue das anteriores, é sua vontade de reconstruir radicalmente os EUA em seu afã de redefinir o mapa global. Tanto as previsões de Dick Cheney de que a guerra contra o terrorismo duraria cerca de cinquenta anos ou mais, como as do general Tommy Frank que antes da invasão do Iraque asseguravam que as tropas norte-americanas teriam que permanecer ali quase indefinidamente (como o modelo coreano), estão em sintonia com uma política interna de histeria permanente que invoca uma combinação de insegurança extrema com patriotismo atávico. A população geral está sendo persuadida a sacrificar muitos de seus próprios direitos fundamentais e avalizar distinções entre os nascidos em solo americano e os cidadãos naturalizados, entre imigrantes de uma parte do mundo e os de outra, entre membros “bons” e “maus” do Islã — tudo isto sustentado por uma nova aliança entre o sionismo extremo e o fundamentalismo cristão. O assalto contra as liberdades americanas foi codificado como Atos Patrióticos I e II. Esta união entre patriotismo delirante e uma população dócil, cujos direitos estão sendo limitados é em si mesma uma configuração quase-fascista. Enquanto isso, as políticas de redistribuição de renda regressivas com prosperidade imposta aos ricos e às corporações que põem em falência o estado social se aprofundaram a tal ponto que um governo sucessor não teria (mesmo que quisesse) os recursos necessários para manter o sistema de segurança social.

Portanto, o que foi inventado não é apenas a chamada “síndrome do Vietnam”, mas também aspectos chave da vida social americana que datam do *New Deal*. No informe “Reconstruindo as Defesas da América: Estratégia, Forças e Recursos para um Novo Século” (*Re-Building America's Defenses: Strategy, Forces and Resources For a New Century*) editado pelo “Projeto para um Novo Século Americano” (*The Project for a New American Century*) em setembro de 2000 e que foi preparado por uma grande seção transversal da elite neoconservadora, incluindo Paul Wolfowitz, os autores ressaltavam que as mudanças drásticas propostas levariam algum tempo a menos que uma catástrofe ou evento catalizador, com um novo Pearl Harbour, ocorresse. O 11 de setembro de 2001 foi o evento que estavam esperando. Na manhã seguinte, Condoleeza Rice sugeriu a seus colegas para “capitalizar esta oportunidade”, enquanto Donald Rumsfeld exigia a imediata invasão do Iraque.

Como podemos compreender esta mistura peculiar de continuidades e descontinuidades dentro de um todo? Uma maneira de vê-la seria que a reação da direita que começou no final dos anos setenta (em resposta por um lado às derrotas militares que estavam enfrentado os EUA na Indochina e, pelo outro, ao enorme êxito do movimento contra a guerra do Vietnã, à radicalização da política afro-americana e a expansão do movimento femi-

nista) finalmente cresceu e amadureceu ao ponto de capturar o poder estatal. Esta ofensiva foi preparada por mais de um quarto de século, mas a presidência de Bush filho representa uma quebra histórica na medida em que previamente essas tendências haviam se mantido limitadas e subordinadas a outras exigências de poder, e seus representantes, ainda que ocupassem posições nos governos de Reagan e de Bush pai, não estavam a cargo de todas as instituições chave do aparato estatal como estão agora. Uma característica notável desta contra-ofensiva é o papel que desempenharam as fundações e *think-tanks* da extrema direita de financiar, treinar e facilitar o pessoal necessário a fim de transformar, no momento apropriado, o clima intelectual nos EUA e, agora, no aparelho de estado. Outro aspecto notável foi o papel quase messiânico que desempenhou o cristianismo evangélico em preparar a sensibilidade receptiva da população para todas essas transformações.

Um grupo de intelectuais de Nova Iorque começou a argumentar que desde a presidência de Richard M. Nixon, a Nova Esquerda, o movimento contra a guerra, o nacionalismo negro e os movimentos de liberação das mulheres, entre outros, compunham uma minoria disruptora, mas ruidosa e que, portanto, a verdadeira tarefa era organizar e mobilizar a “maioria silenciosa” que a ela se opunha. Na Universidade de Chicago, Milton Friedman formulou um ataque contra o estado social e avançou na ideologia do mercado como árbitro final do bem-estar social. Seu colega Alan Bloom escreveu livros que foram *best-sellers* sobre a “destruição da mentalidade americana” devido às reformas que as pressões da esquerda, os negros e as feministas haviam forçado sobre o sistema de educação, incluindo as universidades de elite. O professor de Bloom, Leo Strauss, treinou vários dos que na última década seriam membros destacados da elite intelectual neoconservadora. Centenas de grandes e pequenos enclaves e organizações neoliberais hoje predominam na paisagem americana e apareceram um sem fim de fundações de direita não muito conhecidas –Carthage Foundation, Henry M. Olin Foundation, Philipe M. McKenna Foundation, Henry Salvatori Foundation, etc.– que financiam aquelas fundações mais influentes e prestigiosas: American Enterprise Institute, Heritage Foundation, Cato Institute, e a elite de todos os *think-tanks* neoconservadores. The Project for New American Century, cujos fundadores constituem o coração do governo de Bush: o vice-presidente Dick Cheney, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, o chefe de gabinete (*chief staff*) de Cheney, Lewis I. Libby, o secretário de educação de Reagan, William Bennet e Zalmay Khalilzad, o sombrio representante de Bush no Afeganistão e Iraque.

Um comentário sobre o cristianismo evangélico. Quando Reagan foi re-eleito com a maior base eleitoral da história, perdendo apenas em um estado, descobriu-se que, na verdade, apenas 27% do potencial de votantes havia

ido votar em seu favor; a maioria havia ficado em casa. Ao mesmo tempo, uma pesquisa do Gallup mostrou que 27% dos norte-americanos aderiram a alguma variedade de cristianismo evangélico e que, de acordo com especialistas, de ser mobilizada para votar em bloco, os EUA teria permanentemente governos de extrema direita. Mesmo que nem todos tenham sido mobilizados, este tipo de governo já foi estabelecido. Enquanto Reagan nos deleitava com a economia da oferta e a Guerra nas Estrelas, a esquerda considerava-o o pior e a direita do partido republicano um Roosevelt democrático. Essa mesma direita hoje está no poder.

Talvez estejamos presenciando um transbordamento imperialista. Determinados por seus próprios delírios ideológicos, os neoconservadores de Bush estariam executando políticas que em boa medida excedem a lógica do capitalismo global ou as necessidades do estado imperial americano. Até George Soros parece vê-lo assim. Dois ex-presidentes, incluindo o pai do atual, se opuseram à invasão do Iraque antes que ocorresse. O trilateralista presbiteriano Bush pai sempre ressaltou que os EUA necessitavam de uma aliança com a Europa e que a guerra poderia solapá-la. Como observamos, a aliança franco-alemã, ainda que com ressentimento, aceitou as conseqüências. No entanto, o Iraque ainda pode se converter em uma espécie de cura contra qualquer apetite da população americana de lutar guerras reais além de suas telas de televisão. Os norte-americanos estão em tempo de compreender a ameaça que representa o atual governo para sua própria segurança e para a de seus filhos. Por sua vez, a oposição global contra o imperialismo estadunidense que foi observada durante a véspera da invasão ao Iraque poderia recuperar força, e este momento de extremismo neoconservador pode ainda passar à história como um episódio a mais entre os tantos momentos sanguinários da história do imperialismo.

